



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

126

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0313868-3

COMARCA: Recife

APELANTE (S): Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH/PE

APELADA (S): Rita de Cássia de Carvalho Ventura

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. CUSTEIO, PELO IRH, DA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE CISTOLITOTRIPSIA TRANSURETRAL COM FIBRA DE RAIOS LASER RA. PACIENTE PORTADORA DE CÁLCULO DE BEXIGA. COBERTURA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR. DEVER DO SASSEPE. 1. De proêmio, é de se afastar as alegações de falta de interesse de agir e de inadequação da via eleita/descabimento do *“provimento cautelar com efeito satisfativo como sucedâneo da própria ação principal”*, tendo em vista a gravidade da situação que acometia a paciente Rita de Cássia de Carvalho Ventura, atestada pela ‘solicitação médica’ e pelos ‘receituários médicos’ acostados aos autos, subscritos pelo Dr. Seráfico Pereira Filho (CRM 2194), do próprio HSE – Hospital dos Servidores do Estado, o que à primeira vista justifica a admissão excepcional de cautelar satisfativa, em reverência ao princípio (maior) da *efetividade da jurisdição*, mormente quando em jogo direito fundamental de natureza impostergável. 2. Anotou-se que o SASSEPE – Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco foi criado pela Lei Complementar nº 30/2001, e seu regulamento foi aprovado por intermédio do Decreto nº 23.137/2001. 3. Destina-se à prestação de serviços de assistência à saúde dos servidores públicos estaduais e de seus dependentes, no âmbito do Estado de Pernambuco, e tem a função de realizar ações de medicina preventiva e curativa, ambulatorial e hospitalar, por meio de entidades, profissionais ou hospitais credenciados e, em especial, de sua rede própria. 4. Trata-se, pois, de *sistema de saúde* administrado e gerido pelo IRH/PE - Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco, cujas coberturas previstas são as constantes do rol de procedimentos definidos em Resoluções do Conselho Deliberativo do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco – CONDASPE (a exemplo do art. 1º da Resolução nº 03/2004). 5. Ou seja, o SASSEPE é um sistema de adesão voluntária, cujo custeio conta com a participação dos seus beneficiários, além de contribuição fixa do Poder Executivo e variável dos demais Poderes, na proporção dos respectivos servidores aderentes, razão pela qual sua função não se confunde com a desempenhada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), cujo acesso é universal e igualitário, sem qualquer limite de cobertura de tratamentos. 6. Porém, anotou-se que ainda que a Lei Federal nº 9.656/98 não abranja os sistemas de saúde mantidos pelas pessoas jurídicas de direito público para os seus servidores, estes servidores, mesmo não qualificados como *consumidores* (na acepção tradicional de *direito privado*), não podem ficar à *completa mercê* das decisões administrativas que deliberem incluir ou excluir determinados procedimentos do âmbito de cobertura, o que em última análise resultaria em *cláusula potestativa* francamente incompatível com o caráter oneroso do sistema. 7. Deveras, a circunstância de o SASSEPE ser estruturado em *bases estatutárias* e de *adesão voluntária* não significa que não se apliquem aos aderentes, *por identidade de razão jurídica*, pelos menos algumas das regras

Acórdão Ap 0313868-3



257

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

protetivas comumente regentes das relações de consumo que envolvem planos de saúde privados, em especial quanto *ao efetivo conhecimento das condições e limites do sistema no momento da adesão e à prévia comunicação, a tempo e modo, das eventuais alterações das regras originárias*. **8.** Nesse cenário, tem-se que a realização do procedimento cirúrgico solicitado não se afigura excepcional ou extraordinário, não se justificando, sob o prisma do princípio da razoabilidade, a negativa de seu custeio (precedente deste TJPE). **9.** Por fim, é de se manter a condenação ao pagamento das custas processuais, nos termos constantes do art. 20, §§ 1º e 2º, do CPC, e a verba honorária fixada em primeiro grau, eis que efetuada com base em apreciação equitativa do Juízo, tal como previsto no §4º do art. 20, do CPC, observados, bem assim, os critérios do respectivo §3º, tendo em conta, exatamente, a simplicidade da matéria. **10.** Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0313868-3, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 18 de *junho* de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

110.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0313868-3

COMARCA: Recife

APELANTE (S): Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH/PE

APELADA (S): Rita de Cássia de Carvalho Ventura

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** interposta em face de sentença proferida pelo Juízo de Direito da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, nos autos da **Ação Cautelar** nº 0071961-67.2011.8.17.0001, que julgou procedente o pedido da autora, ora apelada, nos seguintes termos:

"Isto posto julgo o pedido procedente em face do IRH-PE, confirmando a antecipação de tutela concedida, condenando-o a realização de procedimento cirúrgico de Recanalização cistolitotripsia com fibra de raio laser RA em hospital credenciado.

Condeno este réu, ademais, ao pagamento de custas e honorários advocatícios em R\$ 1.000,00 (mil reais).".

Em face da referida sentença (fls. 72/73), foram interpostos Embargos de Declaração (fls. 76/77), os quais foram julgados improcedentes *"pela ausência de amparo legal"* (fl. 79).

Irresignado com o deferimento da antecipação de tutela (fl.31), o IRH aforou Agravo de Instrumento (nº 0269115-4, em apenso), ao qual se negou seguimento (fl. 58 do AI em apenso), vindo a ser devolvido ao juízo de origem em 12/06/2012 (fl.61 do AI em apenso).

Na via ordinária, a autora/apelada, beneficiária do SASSEPE – Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco, sustenta ser portadora de cálculo de bexiga, razão pela qual pugna pelo custeio, pelo IRH/PE - Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco, da realização de procedimento cirúrgico de cistolitotripsia transuretral com fibra de raio laser RA, em hospital credenciado ao referido plano, razão pela qual indica o Hospital Jaime da Fonte, conforme preceituam a 'solicitação médica' (fl.14) e os 'receituários médicos' (fls.16/17), subscritos pelo Dr. Seráfico Pereira Filho (CRM 2194), do HSE – Hospital dos Servidores do Estado.

Assevera a autora/apelada a imprescindibilidade do referido procedimento, eis que *"não há corte no abdômen nem na bexiga, tornando o procedimento menos invasivo e com retorno a atividade produtiva (48) quarenta e oito horas após"*, conforme se depreende do 'receituário médico' mencionado (fl.16).





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Aduz ter formulado pedido administrativo ao SASSEPE (fls.14/15), que foi indeferido, sob o fundamento de falta de justificativa técnica para uso do material solicitado (fls.11/13).

Nesse panorama, a autora/apelada aponta como fundamentos da responsabilidade do réu para com a saúde dos seus beneficiários, a prescrição constante do art. 47 do CDC.

O IRH/PE interpôs o presente apelo (fls.81/87-verso) argüindo, em suma: (i) a inadequação da via eleita, eis que não se prestaria a Ação Cautelar, nos termos do art. 796 do CPC, ao exame de fundo do direito de caráter eminentemente satisfativo, de modo que a sentença estaria eivada por vício insanável, já que satisfaz por completo o direito pleiteado; (ii) a falta de interesse de agir, eis que a requerente não pretendeu obter, por meio da Ação Cautelar, provimento útil a garantir a efetividade de seu direito material, mas sim obter a satisfação imediata de seu interesse, o que se mostra incabível no ordenamento; (iii) que o SASSEPE é regido pela LC Estadual nº 30/01 e por regulamentos e normas expedidas por seus órgãos gestores, não se lhes aplicando o regime privado da chamada Lei dos Planos de Saúde (Lei nº 9.656/98); (iv) que a LC 30/01 é expressa ao afirmar que a assistência à saúde será prestada aos beneficiários titulares e dependentes inscritos no SASSEPE, com a amplitude permitida pelos recursos financeiros auferidos pelo IRH-PE; (v) que o SASSEPE constitui-se um fundo com recursos limitados, gerido por recursos escassos, pelo que não se pode, sob o manto do direito à saúde, atribuir ao sistema a amplitude que seria desejável, em evidente prejuízo ao equilíbrio econômico e financeiro do mesmo, e em detrimento de milhares de usuários que necessitam daqueles recursos para o custeio de seus tratamentos legalmente amparados, sob pena de violação ao princípio da igualdade e da legalidade; (vi) que não teria se negado a providenciar o tratamento de saúde necessário à apelada, tanto que autorizou a realização de cirurgia para retirada de cálculo vesical, tendo indeferido apenas a utilização do laser no procedimento, não só porque estava fora da cobertura do SASSEPE, como por não haver justificativa plausível, dentro de critérios científicos, do médico solicitante; (vii) que não restaria comprovada a essencialidade da utilização do laser no procedimento para retirada do cálculo vesical da requerente, sobretudo quando existem outros meios já reconhecidos para o tratamento da mesma, nos termos do Parecer acostado às fl. 49/51; (viii) que disponibilizar os recursos do SASSEPE para atender ao referido pleito seria impossibilitar a cobertura de tratamentos efetivamente contemplados no plano, o que prejudicaria sobremaneira a assistência regularmente prestada pelo SASSEPE, além de gerar prejuízos ao equilíbrio atuarial, indispensável ao bom funcionamento e sobrevivência de qualquer sistema de saúde; (ix) que a autora/apelada postularia medida de ordem administrativa, a qual não poderia ser deferida pelo Poder Judiciário, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes (art. 2º da CF/88) - já que o Judiciário passaria a substituir o administrador; (x) que o SASSEPE é um sistema de adesão voluntária (não compulsória - não tributária), cujo custeio conta com a participação dos seus beneficiários, além de contribuição fixa do Poder Executivo e variável dos demais Poderes, na proporção dos respectivos servidores aderentes, razão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

pela qual sua função não se confunde com a desempenhada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), cujo acesso é universal e igualitário, sem qualquer limite de cobertura de tratamentos; (xi) que *"a relação travada entre o Estado e os servidores que aderem ao plano de saúde oferecido pelo Poder Público não é regulado pelas normas aplicáveis aos planos de saúde particulares para os quais a jurisprudência aplica o Código de Defesa do Consumidor"*; (xii) *"que embora a prestação de serviços por órgãos públicos esteja prevista no Código de Defesa do Consumidor, este deverá ser aplicado naquilo que não seja incompatível com o regime jurídico-administrativo"*; (xiii) que o SASSEPE tem sua constituição e modo de funcionamento estabelecidos em lei, sendo as suas normas de observância obrigatória pela Administração Pública; (xiv) que o SASSEPE é de adesão facultativa pelos servidores do Estado de Pernambuco, sendo o ato de inscrição de inteira responsabilidade do beneficiário titular; (xv) o descabimento e a exorbitância da *astreinte* fixada pelo juízo *a quo* (em R\$ 1.000,00/dia de descumprimento, a qual não poderia se configurar como ônus excessivo, sob pena de violação ao art. 461, § 4º, do CPC, pelo que requer a exclusão/redução da referida multa; (xvi) o descabimento da condenação *a quo* ao pagamento das custas processuais, somente cabível no caso de reembolso antecipado das mesmas pela parte *ex adversa*, que sendo beneficiária da justiça gratuita, não desembolsou qualquer quantia a este título; e (xvii) a desproporcionalidade/exorbitância na fixação dos honorários advocatícios (fixados em R\$ 1.000,00 (mil reais)), que teria inobservado a equidade e os limites percentuais a que se referem os §§ 3º e 4º do art. 20, do CPC, pelo que requer a redução dos mesmos ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, observando, neste ponto, os referidos preceitos.

Decorreu *in albis* o prazo para apresentação de contra-razões ('certidão' – fl.90).

O Ministério Público com assento neste Tribunal opinou (fls.103/107) *"pelo improvimento do recurso necessário, prejudicado o Apelo."*

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 04 de junho de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
 Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0313868-3

COMARCA: Recife

APELANTE (S): Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH/PE

APELADA (S): Rita de Cássia de Carvalho Ventura

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

De proêmio, é de se afastar as alegações de falta de interesse de agir e de inadequação da via eleita/descabimento do *“provimento cautelar com efeito satisfativo como sucedâneo da própria ação principal*, tendo em vista a gravidade da situação que acometia a paciente Rita de Cássia de Carvalho Ventura, atestada pela ‘solicitação médica’ (fl.14) e pelos ‘receituários médicos’ (fls.16/17), subscritos pelo Dr. Seráfico Pereira Filho (CRM 2194), do próprio HSE – Hospital dos Servidores do Estado, o que justifica a admissão excepcional de cautelar satisfativa, em reverência ao princípio (maior) da *efetividade da jurisdição*, mormente quando em jogo direito fundamental de natureza impostergável.

Com efeito, a hipótese encontra amparo em arestos do Superior Tribunal de Justiça, consoante se vê, exemplificativamente, dos acórdãos a seguir transcritos:

EMENTA:

“PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. LEGITIMATIO AD CAUSAM DO PARQUET. ART. 127 DA CF/88. DIREITO À SAÚDE.

1. O Ministério Público está legitimado a defender os interesses transindividuais, quais sejam os difusos, os coletivos e os individuais homogêneos.

2. É que a Carta de 1988, ao evidenciar a importância da cidadania no controle dos atos da Administração, com a eleição dos valores imateriais do art. 37, da CF/1988 como tuteláveis judicialmente, coadjuvados por uma série de instrumentos processuais de defesa dos interesses transindividuais, criou um microssistema de tutela de interesses difusos referentes à probidade da administração pública, **nele encartando-se a Ação Cautelar Inominada, Ação Popular, a Ação Civil Pública e o Mandado de Segurança Coletivo**, como instrumentos concorrentes na defesa desses direitos eclipsados por cláusulas pétreas.

3. Deveras, é mister concluir que a nova ordem constitucional erigiu um autêntico ‘concurso de ações’ entre os instrumentos de tutela dos interesses transindividuais e, a fortiori, legitimou o Ministério Público para o manejo dos mesmos.

4. Legitimatio ad causam do Ministério Público à luz da dicção final do disposto no art. 127 da CF/1988, que o habilita a demandar em prol de interesses indisponíveis.

5. Sob esse enfoque a Carta Federal outorgou ao Ministério Público a incumbência de promover a defesa dos interesses individuais indisponíveis, podendo, para tanto, exercer outras atribuições previstas em lei, desde que compatível com sua finalidade institucional (CF/1988, arts. 127 e 129).





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

6. *In casu*, trata-se de Ação Cautelar Inominada ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, objetivando que o Município custeie avaliação de tratamento médico especializado a pessoa portadora de varizes nos membros inferiores com insuficiência venosa bilateral, e recurso especial interposto contra acórdão que decidiu pela ilegitimidade ativa do Ministério Público para pleitear direito de outrem que não idoso, criança ou adolescente.

7. O direito à saúde, insculpido na Constituição Federal é direito indisponível, em função do bem comum, maior a proteger, derivado da própria força impositiva dos preceitos de ordem pública que regulam a matéria.

8. Outrossim, o art. 6.º do CPC configura a legalidade da legitimação extraordinária cognominada por Chiovenda como "substituição processual".

9. Impõe-se, ressaltar que a jurisprudência hodierna do E. STJ admite ação individual acerca de direito indisponível capitaneada pelo MP (Precedentes: REsp 688052 / RS, DJ 17.08.2006; REsp 822712 / RS, DJ 17.04.2006; REsp 819010 / SP, DJ 02.05.2006).

10. Recurso especial provido para reconhecer a legitimidade ativa do Ministério Público Estadual." (REsp 817710 / RS, PRIMEIRA TURMA, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ 17/05/2007).

"EMENTA: MEDICAMENTO - CERIDASE - FORNECIMENTO - LIMINAR SATISFATIVA - DIREITO A VIDA. É vedada a concessão de liminar contra atos do poder público, no procedimento cautelar, que esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação. Neste caso, entretanto, o que estaria sendo negado seria o direito a vida, pois sem o medicamento o recorrido não sobreviveria. Recurso improvido. (REsp 127604 / RS, Rel. Min. GARCIA VIEIRA, 1ª Turma, DJ 16/03/1998) (grifos nossos)."

Quanto à matéria de fundo, como visto, pugna a autora/apelada, beneficiária do SASSEPE – Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco e portadora de cálculo de bexiga, pelo custeio, pelo IRH/PE - Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco, da realização de procedimento cirúrgico de cistolitotripsia transuretral com fibra de raio laser RA, em hospital credenciado ao referido plano, razão pela qual indica o Hospital Jaime da Fonte, conforme preceituam a 'solicitação médica' (fl.14) e os 'receituários médicos' (fls.16/17), subscritos pelo Dr. Seráfico Pereira Filho (CRM 2194), do HSE – Hospital dos Servidores do Estado.

Anoto que o SASSEPE – Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco foi criado pela Lei Complementar nº 30, de 02 de janeiro de 2001, e seu regulamento foi aprovado por intermédio do Decreto nº 23.137, de 21 de março de 2001.

Destina-se à prestação de serviços de assistência à saúde dos servidores públicos estaduais e de seus dependentes, no âmbito do Estado de Pernambuco, e tem a função de realizar ações de medicina preventiva e curativa, ambulatorial e hospitalar, por meio de entidades, profissionais ou hospitais credenciados e, em especial, de sua rede própria.

Trata-se, pois, de sistema de saúde administrado e gerido pelo IRH/PE - Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco, cujas coberturas previstas são as constantes do





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

rol de procedimentos definidos em Resoluções do Conselho Deliberativo do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - CONDASPE.

A Resolução nº 03/2004, em seu art. 1º, dispõe:

"Art. 1º - São excluídos da cobertura de assistência médica proporcionada pelo SASSEPE os seguintes procedimentos de diagnose e terapia:

- I - Implantação de marcapassos, exceto marcapasso unicameral para pacientes internados no HSE;*
- II - Implantação de Stents revestidos e liberadores de drogas (Taxol e Rapamicina);*
- III - Radioterapia conformacional ou conformada (3D);*
- IV - Próteses de implantação cirúrgica importada;*
- V - Próteses não implantadas cirurgicamente (órteses);*
- VI - Cirurgia de LASIK;*
- VII - Terapia fotodinâmica com Visudyne (TFD);*
- VIII - Procedimentos, tratamentos e/ou exames complementares realizados fora do Estado de Pernambuco;*
- IX - Tesoura para uso cirúrgico - ULTRACISION;*
- X - Vacinas dessensibilizantes;*
- XI - Droga antifúngica - Anfotericina B Lipossomal;*
- XII - Facectomia pela técnica de Facoemulsificação com uso de lentes intra-oculares dobráveis;*
- XIII - Todos os demais procedimentos não previstos na tabela do SASSEPE.*

Art. 2º - Compete ao Instituto de Recurso Humanos - IRH/PE, fiscalizar o fiel cumprimento desta Resolução." (...).

Ou seja, o SASSEPE é um sistema de adesão voluntária, cujo custeio conta com a participação dos seus beneficiários, além de contribuição fixa do Poder Executivo e variável dos demais Poderes, na proporção dos respectivos servidores aderentes, razão pela qual sua função não se confunde com a desempenhada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), cujo acesso é universal e igualitário, sem qualquer limite de cobertura de tratamentos.

Porém, penso que ainda que a Lei Federal nº 9.656/98 não abranja os sistemas de saúde mantidos pelas pessoas jurídicas de direito público para os seus servidores, estes servidores, mesmo não qualificados como *consumidores* (na acepção tradicional de *direito privado*), não podem ficar à *completa mercê* das decisões administrativas que deliberem incluir ou excluir determinados procedimentos do âmbito de cobertura, o que em última análise resultaria em *cláusula potestativa* francamente incompatível com o caráter oneroso do sistema.

Deveras, a circunstância de o SASSEPE ser estruturado em *bases estatutárias* e de *adesão voluntária* não significa que não se apliquem aos aderentes, *por identidade de razão jurídica*, pelos menos algumas das regras protetivas comumente regentes das relações de consumo que envolvem planos de saúde privados, em especial quanto ao





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

efetivo conhecimento das condições e limites do sistema no momento da adesão e à prévia comunicação, a tempo e modo, das eventuais alterações das regras originárias.

Nesse cenário, tenho que a realização do procedimento cirúrgico solicitado não se afigura excepcional ou extraordinário, não se justificando, sob o prisma do princípio da razoabilidade, a negativa de seu custeio.

Em reforço argumentativo, apresento o seguinte precedente deste TJPE:

“EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. PROCESSO CIVIL E CONSTITUCIONAL. TRATAMENTO DE SAÚDE INDISPENSÁVEL À SAÚDE DO BENEFICIÁRIO. HEMODIÁLISE HOSPITALAR. PACIENTE PORTADOR DE DOENÇA RENAL CRÔNICA. SASSEPE. DIREITO HUMANO À SAÚDE E À VIDA DIGNA. DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. POSSIBILIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O autor/agravado é beneficiário do SASSEPE - Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco, tendo esse sistema como função a cobertura de despesas dos serviços de atendimento médico-hospitalar, bem como os atos necessários ao diagnóstico e tratamento, prestados aos seus beneficiários. 2. A relação mantida entre a entidade mantenedora do plano de saúde - SASSEPE e o agravado beneficiário caracteriza-se pelo objeto contratado, no caso, contrato de plano de saúde, sendo irrelevante a natureza jurídica da entidade prestadora do serviço. Logo, cumpre ao Estado, através do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores de Pernambuco, o fornecimento do tratamento requestado. 3. A pretensão do autor beneficiário encontra-se amparada por um conjunto probatório capaz de confirmar a existência dos requisitos indispensáveis ao seu deferimento: (a) existência de enfermidade; (b) necessidade do tratamento; (c) perícia e avaliação realizadas por médico especialista; (iv) condição de beneficiário do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE, razão pela qual se afiguram presentes todos os requisitos indispensáveis à formação do juízo de convencimento do MM Juízo da 1ª Vara Fazendária da Comarca de Jaboatão dos Guararapes. 4. A indisponibilidade de recursos financeiros não afasta o dever assistencial imputado ao poder público. Ocorre que o direito à saúde, estreitamente ligado ao direito à vida e à dignidade da pessoa humana, sempre deve prevalecer sobre obstáculos de ordem financeira em razão do alto status que goza no plano constitucional. 5. Em instituindo o Sistema de Assistência dos Servidores Públicos - SASSEPE, o Estado de Pernambuco tem por escopo a promoção da saúde em relação aos seus servidores e beneficiários de forma universalizada e eficiente. Pela própria natureza do serviço prestado, o SASSEPE encontra-se obrigado à contraprestação de assistência à saúde, posto que os interesses econômicos do apelante não podem se sobrepor ao direito à vida do beneficiário. 6. A multa diária tem por escopo unicamente reprimir a resistência do SASSEPE, em caso de eventual descumprimento da decisão hostilizada. A fixação de astreintes no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) é razoável, porquanto o que está em debate é o direito à saúde do paciente que apresenta um quadro de extrema gravidade. 7. À unanimidade, Recursos de Agravo não provido. (Agravo 322265-1 (0013469-17.2013.8.17.0000), Rel. Des. Jorge Américo Pereira de Lira, 1ª Câmara de Direito Público, DJ 11.03.2014)”.



122

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Por fim, é de se manter a condenação ao pagamento da verba honorária fixada em primeiro grau, eis que efetuada com base em apreciação eqüitativa do Juízo, tal como previsto no §4º do art. 20, do CPC, observados, bem assim, os critérios do respectivo §3º, tendo em conta, exatamente, a simplicidade da matéria.

Ante o exposto, e sendo certo que a pretensão do apelante está em linha de confronto com a jurisprudência predominante dos Tribunais Superiores e deste próprio Tribunal, **nego provimento ao reexame necessário**, prejudicado o **apelo voluntário**.

Recife, 18 de Junho de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator